



DOSSIÊ - AS OPOSIÇÕES POLÍTICAS NOS PALOP: FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E PERSPETIVAS

A ação político-diplomática da UNITA em Portugal durante a primeira fase da Guerra Civil Angolana (1976 – 1988)

UNITA's political-diplomatic action in Portugal during the first phase of the Angolan Civil War (1976 - 1988)

La acción político-diplomática de UNITA en Portugal durante la primera fase de la guerra civil angoleña (1976 - 1988)

Riccardo Marchi¹

orcid.org/0000-0003-2037-7027
riccardo.marchi@iscte-iul.pt

Domingos Marcos

Cúnua Alberto¹

orcid.org/0009-0001-7813-0855
domingos-alberto@edu.ulisboa.pt

Recebido em: 28 nov. 2023.

Aprovado em: 30 jul. 2024.

Publicado em: 17 dez. 2024.

Resumo: O artigo explora a ação político-diplomática da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em Portugal durante a primeira fase da guerra civil angolana, de 1976 a 1988. A investigação qualitativa recolheu os dados a partir de relatórios da embaixada norte-americana em Lisboa, da imprensa portuguesa da época, bem como de fontes orais, através da realização de entrevistas semiestruturadas a elementos da delegação da UNITA em Portugal e a personalidades políticas portuguesas com ligações à organização angolana. O objetivo do artigo é descrever as atividades político-diplomáticas da UNITA em Portugal, assim como as conexões e os canais utilizados para materializar os seus intentos. O intuito é explorar a relevância de Portugal na ação diplomática internacional da UNITA. Os dados sugerem que, no âmbito da atuação da UNITA em vários países da África, da Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), Portugal foi um espaço estratégico importante para a implementação da sua ação internacional em oposição ao governo angolano.

Palavras-chave: UNITA; Guerra Civil Angolana; Angola; Portugal; Guerra Fria.

Abstract: The article explores the political and diplomatic actions of the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA) in Portugal during the first phase of the Angolan civil war, from 1976 to 1988. The qualitative research gathered data from reports from the US embassy in Lisbon, the Portuguese press of the time, as well as oral sources, through semi-structured interviews with members of the UNITA delegation in Portugal and Portuguese political figures with links to the Angolan organisation. The aim of the article is to describe UNITA's political and diplomatic activities in Portugal, as well as the connections and channels used to materialise its intentions. The aim is to explore the relevance of Portugal in UNITA's international diplomatic activities. The data suggests that, in the context of UNITA's activities in various countries in Africa, Europe and the United States of America (USA), Portugal was an important strategic space for the implementation of its international action in opposition to the Angolan government.

Keywords: UNITA; Angolan Civil War; Angola; Portugal; Cold War.

Resumen: El artículo explora las acciones políticas y diplomáticas de la Unión Nacional para la Independencia de Angola (UNITA) en Portugal durante la primera fase de la guerra civil angoleña, de 1976 a 1988. La investigación cualitativa recogió de informes de la embajada estadounidense en Lisboa, la prensa portuguesa de la época, así como la prensa portuguesa de la época, así como de fuentes orales, mediante entrevistas semiestruturadas con miembros de la delegación de UNITA en Portugal y personalidades políticas portuguesas vinculadas a la organización angoleña. El objetivo del artículo es describir las actividades políticas y diplomáticas de UNITA en Portugal, así como las conexiones y canales utilizados para materializar sus esfuerzos. El objetivo es explorar



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

¹ Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL) do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e LusoGlobe da Universidade Lusófona

la relevancia de Portugal en la acción de UNITA. Los datos sugieren que, en el contexto de las actividades de UNITA en diversos países de África, Europa y los Estados Unidos de América (EE.UU.), Portugal fue un espacio estratégico importante para la realización de su acción internacional de oposición al gobierno angolano.

Palabras clave: UNITA; Guerra Civil Angoleña; Angola; Portugal; Guerra Fria.

Introdução

A atuação político-diplomática da UNITA em Portugal durante a primeira fase da guerra civil angolana pode ser balizada entre o momento em que o responsável da sua delegação em Portugal, Paulo Tchipilika, estabeleceu os primeiros contactos junto das autoridades portuguesas, em fevereiro de 1976, e a altura em que Alcides Sakala, responsável da delegação da UNITA na segunda metade dos anos 80, reuniu com a Comissão dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação (CNECP), em julho de 1988². Durante esse período, integrado no contexto dos conflitos internacionais e regionais da Guerra Fria (Gleijeses, 2013), a UNITA representou a principal força político-militar de oposição ao governo angolano. Este estatuto deveu-se também à derrota no campo militar da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) em janeiro de 1976 e ao seu consequente afastamento da cena política angolana em 1978, na sequência da perda de proteção internacional, devido à normalização das relações entre as autoridades angolanas e zaienses.³ Assim, a partir de 1978 até 1991, o campo político angolano passou a ser caracterizado por um espaço de conflito e competição entre dois atores: o regime de partido único do MPLA e a UNITA⁴.

A partir deste momento, o movimento de Jonas Savimbi desenvolveu a sua luta não só a nível interno, através da guerra de guerrilha, mas também a nível externo, mediante a realização de atividades de lobbying político-diplomático e do estabelecimento de contactos institucio-

nais junto de países africanos, europeus e dos Estados Unidos.

A literatura científica sobre a atuação da UNITA, a nível nacional e internacional no período em estudo, continua escassa. Exemplos proeminentes desta literatura são os trabalhos de Didier Péclard e Delphine Mechoulan (2015) e de Justin Pearce (2017), sobre a interação da UNITA com o governo angolano no plano político-militar e com a população civil das zonas controladas pela UNITA, o trabalho de Vasco Martins (2020), relativo ao legado de Jonas Savimbi em Angola, bem como o escrito biográfico de Fred Bridgland (1987) e a investigação de João Paulo Guerra (2002), inerente ao percurso de Jonas Savimbi e da UNITA, desde a sua fundação até aos anos finais da guerra civil angolana.

No que diz respeito à ação internacional da UNITA, a literatura mais recente explorou o esforço da atividade diplomática da organização angolana durante a guerra civil em Angola no quadro do estudo sobre diplomacia rebelde (Huang, 2016 e Coggins 2015), e as conexões da UNITA com atores políticos da Europa Ocidental, incluindo Portugal (Conchiglia, 1992), com a África do Sul e com os Estados Unidos (Burke, 2021; James, 2011).

A literatura científica foi complementada, na última década, por obras de cariz memorialístico (Muekelia, 2013; Mulato, 2014; Samakuva, 2019). Na sua qualidade de representante da UNITA no Togo, em Marrocos e na República Federal da Alemanha, Ernesto Mulato descreve os primórdios da ação externa da UNITA, nomeadamente os contactos que a organização estabeleceu com altas personalidades, chefes de governo e chefes de Estado de vários países, em particular o rei Hassan II de Marrocos, o presidente do ex-Zaire, Mobutu Sese Seko, o príncipe Turki Al Faisal, chefe dos serviços secretos da Arábia Saudita, e Alexandre de Marenches, diretor-geral do *Service de*

² A escolha de 1988 como fim do arco temporal deve-se ao facto de ser o ano em que a delegação da UNITA em Portugal realizou a primeira reunião de carácter oficial com uma instituição portuguesa.

³ A FNLA foi derrotada militarmente pelas forças governamentais em janeiro de 1976. No entanto, em 1978, foi obrigada a retirar-se do jogo político angolano, após perder o apoio do ex-Zaire (Hodges, 2002).

⁴ Após a assinatura dos acordos de Paz de Bicesse, em maio de 1991, a FNLA reapareceu no campo político angolano, ao ponto de participar nas primeiras eleições multipartidárias, realizadas em setembro de 1992.

Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage (SDECE) francês e o conselheiro principal para a segurança nacional do presidente norte-americano Jimmy Carter. Jardo Muekalia e Virgílio Samakuva, por seu lado, descrevem a fase mais madura do esforço diplomático internacional da UNITA, designadamente a atividade desenvolvida junto de potências ocidentais (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Federal e Espanha) e países africanos (Zaire, Marrocos e Costa do Marfim). Em todos estes teatros, os delegados da UNITA estabeleceram contactos com altas figuras do Estado e com as representações diplomáticas aí instaladas.

Em Portugal, a representação da UNITA realizou atividades de natureza político-partidárias em várias partes do território nacional, encetou contactos com partidos políticos nacionais e com representações diplomáticas estrangeiras sedeadas em Portugal, efetuou diligências junto de altas figuras do novo regime democrático (os presidentes da República marechal Francisco Costa Gomes, o general António Ramalho Eanes e Mário Soares, líder do Partido Socialista).

A ação da UNITA junto de partidos e de instituições portuguesas continua pouco explorada pela literatura científica, faltando, assim, uma análise do como e do porque o movimento liderado por Jonas Savimbi inseriu Portugal no leque de países estrangeiros onde desenvolveu pressão diplomática.

A presente investigação tenciona descortinar este aspeto da ação internacional da UNITA, através de dados qualitativos recolhidos em documentos diplomáticos oficiais norte-americanos, na imprensa portuguesa da época e nas entrevistas a protagonistas destas relações do lado tanto da UNITA como de Portugal. A apresentação dos dados é precedida pela reconstrução do contexto histórico da guerra civil angolana, nomeadamente das relações entre o governo angolano, a FNLA e

a UNITA e, a partir de 1978, exclusivamente com este último movimento. A descrição e explicação da atividade da UNITA em Portugal focaliza duas dimensões: a fase embrionária da radicação da UNITA em Portugal e o desenvolvimento sucessivo das ligações com partidos políticos e atores da sociedade civil portugueses.

UNITA: da perspetiva militar à ação diplomática na guerra civil

Em 11 de novembro de 1975, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), proclamou, em Luanda, a independência de Angola, que passou a designar-se por República Popular de Angola (RPA)⁵. No mesmo dia em que foi proclamada a RPA, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) proclamaram, no Huambo, a República Democrática de Angola (RDA)⁶.

Em Luanda, numa cerimónia realizada na sala nobre do palácio do governo, o Comité Central do MPLA nomeou o seu líder António Agostinho Neto, Presidente da República Popular de Angola⁷. A sua investidura e a constituição do governo assinalaram o fim da administração colonial portuguesa em África e marcaram o início de uma nova fase no processo político angolano, caracterizada pela instauração no país de um regime de partido único e por um conflito interno militar, com características regionais e internacionais, no quadro da Guerra Fria⁸.

O conflito militar pós-independência desenvolveu-se em duas frentes: inicialmente, no norte do país, entre o governo angolano e a FNLA apoiada militarmente pelo ex-Zaire; numa segunda fase, no centro e sul do país, entre as forças governamentais e a UNITA, apoiada pela África do Sul sob o regime do apartheid (Ramos, 2018, p. 285). Com apoio militar de Cuba e logístico da União Soviética, as forças militares angolanas derrotaram as

⁵ Sobre a proclamação da independência de Angola veja-se o ato oficial disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6NAYCT-Ckfw>. Acesso em: 3 set. 2023.

⁶ Veja-se Ramos (2018, p. 256).

⁷ Sobre isso, veja-se ALBERTO, Domingos. Agostinho Neto (1975-1979): um caso de resistência e cooperação no continente africano. *Jornal de Angola*, Luanda, 17 set. 2021.

⁸ Sobre a dimensão regional e internacional do conflito angolano, veja-se Westad (2010).

forças da FNLA em janeiro de 1976, após as terem expulsadas da cidade do Uíge, região onde se encontrava a principal base de apoio político e logístico do movimento de Holden Roberto⁹. A localização fronteiriça com o Zaire, (atual República Democrática do Congo – RDC), deu à província do Uíge uma enorme importância estratégica na manobra ofensiva da FNLA durante os meses da sua ofensiva armada. Com a derrota da FNLA no campo militar e o conseqüente controlo da situação político-militar no norte por parte de Luanda, as forças governamentais redirecionaram as suas atenções para o planalto central, região onde se encontrava instalada a UNITA¹⁰.

Do ponto de vista geográfico, o Huambo localiza-se a leste do Bié, a sul da Huíla, a norte do Kuanza Sul e a Oeste de Benguela. No decurso da guerra, estas regiões foram de enorme importância tanto para o governo como para a UNITA. A instalação, por parte da UNITA da sua base política, militar e administrativa – a chamada Jamba – no sul do país, tornou aquelas regiões imprescindíveis para a ofensiva das Forças Armadas angolanas¹¹.

Toda esta área geográfica tornou-se também um espaço de competição entre o governo angolano e a UNITA, no que diz respeito à mobilização das populações. O apoio das populações locais à UNITA levou Jonas Savimbi à sua "teoria dos grandes números", que postulava a necessidade da mobilização maciça da população civil não só para integrar as fileiras da guerrilha, mas também para assegurar as atividades colaterais indispensáveis, como a agricultura para o abastecimento alimentar dos guerrilheiros (Savimbi, 1979, p. 7-15). A importância estratégica da região é evidenciada pela intensidade da confrontação

armada entre as forças armadas angolanas e as forças armadas sul-africanas, aí deslocadas pelo regime de Pretória em suporte da UNITA¹². Apesar do apoio sul-africano, contudo, as forças armadas de Luanda derrotaram a UNITA em fevereiro de 1976, obrigando o movimento de Savimbi a abandonar a capital do Huambo¹³ e a refugiar-se no Bié, onde se reorganizou política e militarmente¹⁴.

A derrota da UNITA assinalou o fim da longa ofensiva desencadeada pelas forças governamentais desde dezembro de 1975 e marcou o início de uma nova fase nas relações entre as partes, caracterizada pela guerra de guerrilha¹⁵. Ao contrário da FNLA, que desaparecera após a derrota no campo militar, a UNITA reorganizou-se para resistir à hegemonia político-militar do governo angolano. Esta reorganização teve início em maio de 1976, aquando da realização da conferência do Kwanza, na região do Bié (Muekalia, 2013, p. 57). Segundo Jardo Muekalia, a conferência do Kwanza foi um momento marcante para a história da UNITA e serviu para «debaterem a situação política e militar do país, analisarem as opções e a natureza da guerra de guerrilha [...] definirem os objetivos da guerra de guerrilha e a estratégia que o movimento iria adotar» ao longo dos anos de resistência (Muekalia, 2013, p. 57).

Em março de 1977, a UNITA organizou o seu 4.º Congresso Extraordinário, na província do Huambo, o local de onde tinha sido expulsa em fevereiro de 1976¹⁶. Realizado num espaço simbólico para a reconstituição da sua imagem e das suas estruturas política e militar, este evento marcou o segundo momento de grande importância para a sobrevivência da UNITA em Angola e teve como objetivo central definir as principais linhas

⁹ A província do Uíge era a base política da FNLA, enquanto o Negage, a antiga base aérea portuguesa, funcionava como o centro logístico. Sobre isso, veja-se *Diário de Lisboa* de 5 de janeiro de 1976. Para além do Uíge, as regiões estratégicas da FNLA eram o Caxito, Catete, Nambuangongo, Ambriz e Ambrizete.

¹⁰ Sobre os primeiros meses da guerra pós-independência, veja-se Ramos (2018).

¹¹ Sobre esse assunto, veja-se *Diário de Lisboa* de 24 e 26 janeiro de 1976.

¹² Sobre o apoio da África do Sul à UNITA, veja-se Hoekstra (2023).

¹³ Sobre isso, veja-se Muekalia (2013, p. 39-47).

¹⁴ Veja-se *Diário de Lisboa* de 9 de fevereiro de 1976, p. 9-10.

¹⁵ Após a derrota da UNITA, Angola teve um período de paz relativa, ou seja, entre 1976 e 1979. Sobre esta questão, veja-se Gleijeses (2013).

¹⁶ A província do Huambo era um espaço de grande importância para a luta da UNITA e a sua escolha para acolher o 4.º Congresso Ordinário representou não só um momento simbólico para a organização, mas também uma mensagem política para o governo angolano, que havia declarado o fim político da UNITA e do seu líder. Sobre isso, veja-se Muekalia (2013, p. 142).

estratégicas da sua luta, nomeadamente a guerra de guerrilha como eixo principal de oposição ao regime do MPLA (Savimbi, 1979, p. 208-210). Nas palavras de Jonas Savimbi, em termos concretos, a UNITA decidiu “intensificar a luta armada em todo território nacional”, e transformar “as unidades de guerrilha em unidades semi-regulares” (Savimbi, 1979, p. 208-210).

Paralelamente a isso, o 4.º Congresso Extraordinário clarificou também a posição da UNITA em relação aos seus inimigos e aliados. Na retórica de mobilização geral, a UNITA identificou “o povo” como seu principal aliado e a União Soviética e Cuba como os principais inimigos, devido ao suporte prestado ao regime de Luanda. Significativamente, o regime do MPLA não aparece mencionado no documento final do congresso. A UNITA argumentava que lutava para “defender e libertar o povo angolano da agressão social-imperialista russo-cubana em Angola”, administrado “pelo governo fantoche do MPLA” (Savimbi, 1979, p. 208-210).

Esta narrativa permaneceu no discurso da UNITA durante a primeira fase da guerra civil angolana e serviu para mobilizar a população local apelando ao seu sentimento patriótico, e para consolidar os apoios a nível internacional¹⁷. No quadro da estratégia de afirmação no espaço nacional e internacional, era particularmente importante sublinhar como a luta da UNITA fosse em primeiro lugar, contra os invasores soviéticos e cubanos, principais opositores dos Estados Unidos da América no quadro da Guerra Fria em África¹⁸.

A fragilidade político-militar no fim da década de 1970, obrigou a UNITA à reestruturação organizativa e à angariação de apoios internacionais para suportar a guerra de guerrilha. Na década de 1980, a situação mudou radicalmente: a UNITA conseguiu consolidar a sua base logística, política

e militar – a Jamba – e passou a contar com o apoio explícito e aberto da administração norte-americana. O apoio aumentou consideravelmente em 1985, quando a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos revogou a Emenda Clark de 1986, que proibia o fornecimento direto de armas norte-americanas à UNITA¹⁹.

No ano seguinte, Jonas Savimbi foi recebido na Casa Branca pelo presidente norte-americano Ronald Reagan com estatuto semelhante a um chefe de Estado²⁰. Em 1988, Jonas Savimbi foi novamente recebido pelo chefe de Estado norte-americano. No entanto, se o foco do encontro de 1986 consistiu em mobilizar ajuda militar, designadamente o fornecimento de mísseis «Stingers», a segunda viagem do líder da UNITA aos Estados Unidos de Ronald Reagan serviu essencialmente para apresentar o seu plano de paz²¹.

As tentativas da UNITA para encontrar uma solução negociada para o conflito angolano estavam formalizadas na sua agenda política desde 1982, aquando da realização do 5.º Congresso Ordinário²². Organizado num contexto de consolidação das suas estruturas, de relançamento do processo de paz na África Austral e de expansão das suas forças militares para o norte do país (Muekalia, 2013, p. 144-145), o 5.º Congresso Ordinário da UNITA integrou as palavras de ordem de conciliação nacional – “cessar-fogo” e “cooperação” – na lógica até aí dominante da guerra de guerrilha²³. A nova estratégia foi aprofundada no 6.º Congresso Ordinário de 1986, no qual a UNITA apresentou o seu plano de paz para Angola. O objetivo da “Plataforma para a Paz e Reconciliação Nacional” era promover “o diálogo e a reconciliação nacional, a retirada de todas as forças estrangeiras de Angola, o cessar-fogo, a formação do exército único, a criação de um governo de unidade nacional, bem como a organização de eleições” (Muekalia, 2013, p. 220).

¹⁷ A primeira fase da guerra civil angolana (1975-1991) pode ser dividida em duas partes: primeiro, de 1975 a 1978, opondo o governo, a FNLA e a UNITA; segundo, de 1978 a 1991, opondo o governo e a UNITA.

¹⁸ Sobre a Guerra Fria em África, veja-se Gleijeses (2013).

¹⁹ Sobre a Emenda Clark, veja-se Righth (2000).

²⁰ Veja-se o semanário *O Tempo* de 31 de dezembro de 1986.

²¹ Veja-se jornal *O Dia* de 1 de julho de 1988.

²² Veja-se Muekalia (2013, p. 144-145).

²³ A este respeito, veja-se o 4.º Congresso Ordinário (Muekalia, 2013).

O novo contexto político modificou a estrutura organizativa da UNITA, e alterou a sua estratégia de posicionamento no cenário internacional: consolidou as suas relações com os Estados Unidos e intensificou a sua ação junto dos países da Europa Ocidental²⁴, incluindo Portugal, onde já possuía algumas conexões com setores políticos socialistas, sociais-democratas e conservadores. Nesta fase, a UNITA intensificou a atividade político-diplomática, funcional ao esforço militar. O objetivo era mobilizar o apoio material e financeiro para suportar as suas ações armadas em território angolano, promover o apoio político-diplomático junto dos países ocidentais, incluindo Portugal, com vista a encontrar pontes de diálogo com o governo de Luanda para a resolução do conflito.

A aproximação da UNITA às autoridades portuguesas

Com a retirada das tropas sul-africanas do território de Angola, em finais de março de 1976, o regime de Luanda passou a ter o controlo da situação militar do país²⁵. Este evento – designado pelo MPLA como o fim da “segunda guerra de libertação nacional”²⁶ – pôs fim à primeira fase do conflito angolano, na dimensão tanto regional como internacional, caracterizada pela confrontação armada entre o governo, a FNLA e a UNITA²⁷. Com a FNLA praticamente inoperante no campo político e militar, a UNITA reorganizou-se para protagonizar sozinha a oposição ao governo angolano, no plano tanto militar, através da guerra de guerrilha, quanto diplomático, através do estabelecimento de contactos junto de países africanos, de países da Europa ocidental e dos Estados Unidos²⁸.

Neste contexto, Portugal revestiu desde logo um papel de algum interesse para a UNITA, devido ao seu estatuto de ex-potência colonial, de fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) em 1949 e de candidato a membro

da Comunidade Económica Europeia (CEE), que integrará a partir de 1986.

A relevância de Portugal como antiga potência colonial emerge da amplitude das relações que a UNITA conseguiu tecer com os atores políticos da jovem democracia portuguesa. Se em França, na Alemanha Federal, na Inglaterra e nos Estados Unidos, as conexões da UNITA limitavam-se essencialmente à área do centro-direita, em Portugal, o movimento de Jonas Savimbi podia contar também com a simpatia de setores importantes do Partido Socialista (PS) de Mário Soares. As eleições legislativas de 25 de Abril de 1976 tinham, de facto, clarificado definitivamente o panorama político português, permitindo ao PS encabeçar o primeiro governo constitucional, liderado pelo seu líder Mário Soares.

Em apenas dois anos de transição democrática, o campo político parlamentar passou a ser hegemónico pelos quatro partidos que caracterizam o regime português no sucessivo meio século de história: Partido Comunista Português (PCP), Partido Socialista (PS), Partido Social Democrata (PPD-PSD), Centro Democrático Social (CDS) (Telo 2007). O PCP tinha visto redimensionada sua influência política pelo resultado eleitoral das eleições constituintes de 25 de Abril de 1975, que lhe permitiram continuar a impulsionar o chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), mas enfraqueceram as hipóteses alternativas à “democracia burguesa”, como ficou patente na sua contrariedade ao golpismo de extrema-esquerda no 25 de Novembro de 1975. O começo da fase de normalização democrática cristalizou também o posicionamento internacional dos quatro partidos dominantes (Sá, 2009). Fiel ao seu alinhamento com a União Soviética, o PCP preocupou-se em garantir a transmissão dos poderes nas antigas colónias aos movimentos de libertação próximos de Moscovo, ao passo que, na antiga Metrópole, aceitou a instauração de uma democracia liberal

²⁴ Para além dos Estados Unidos, Jonas Savimbi visitou algumas capitais europeias, nomeadamente Londres e Paris. Veja semanário *O Tempo* de 31 de dezembro de 1986

²⁵ Veja-se Ramos (2018, p. 191-192).

²⁶ Veja-se Ramos (2018, p. 192).

²⁷ Até 1978, altura em que a FNLA foi afastada do conflito angolano, assistiu-se em Angola um período de relativa paz.

²⁸ Veja-se Mulato (2014).

de matriz ocidental, alinhada com Washington. Por seu lado, o PS capitalizou a aposta definitiva dos norte-americanos na figura de Mário Soares como garante da permanência de Portugal na Aliança Atlântica, após os desaires do general António de Spínola e a instabilidade dos sucessivos governos provisórios, fontes dos diferendos entre o embaixador Frank Carlucci e o secretário de estado Henri Kissinger quanto ao futuro de Portugal. Finalmente, PSD e CDS viram consolidada a sua opção genética atlantista, pró-ocidental e europeísta, que se tornará a linha mestre da política internacional do centro-direita a partir do governo da Aliança Democrática de 1979 e eixo de convergência com o PS na alternância de governo na democracia consolidada.

Esta realidade tornou Portugal uma plataforma privilegiada para a UNITA desenvolver a sua atividade diplomática no continente europeu²⁹. Para além da sede central em Lisboa, a UNITA estruturou células em várias partes do país, com destaque para as cidades de Porto e Aveiro, onde contava com redes tão densas como as de Lisboa.³⁰ Nas palavras de Abel Chivukuvuku, responsável adjunto da delegação da UNITA em Portugal na segunda metade da década de 1980, a implantação territorial dos militantes do Galo Negro e o conhecimento dos portugueses da situação angolana facilitavam o objetivo da UNITA de fortalecer os seus laços com as potências ocidentais.

Deste ponto de vista, Portugal tinha um estatuto diferente no seio da Europa Ocidental, tornando-o não só fonte imprescindível para a aquisição de informação sobre África por parte dos seus congéneres, mas também espaço de disseminação da informação por parte da UNITA. Assim, e não obstante a existência de canais próprios dos países ocidentais no que diz respeito à questão político-militar angolana,

Abel Chivukuvuku salienta que Portugal era vital no domínio da difusão da informação sobre Angola. Em particular, Portugal demonstrava um forte potencial para veicular informação acerca da UNITA junto dos países membros da CEE e dos Estados Unidos. Sempre nas palavras de Chivukuvuku, naquela época, "se você quisesse transmitir mensagem para os americanos, para os alemães e franceses, era preferível fazê-lo através dos portugueses"³¹. O responsável da delegação da UNITA em Portugal na segunda metade da década de 1980, Alcide Sakala, confirma esta perspetiva: Portugal era "a placa giratória dos interesses da UNITA no contexto europeu e internacional"³², ou seja, um peão relevante na estratégia de Jonas Savimbi na primeira fase da guerra civil angolana.

A UNITA atuou em Portugal em duas fases distintas, a começar de fevereiro de 1976, quando Paulo Tchopilika, responsável da delegação da UNITA em Portugal, efetuou as primeiras diligências junto das autoridades locais³³. Com o intuito de estabelecer contactos com o chefe de Estado português, com vista a solicitar os bons ofícios de Portugal na mediação do conflito angolano, Paulo Tchopilika enfrentou um contexto nacional particularmente complexo para a UNITA, fragilizada no plano militar e pouco atrativa no plano diplomático, devido à normalização das relações oficiais entre o Estado português e o Estado angolano³⁴.

No dia 22 de fevereiro de 1976, o Estado português reconheceu oficialmente a legitimidade do governo angolano formado pelo MPLA (Alberto, 2023). Este evento assinalou o início das relações oficiais entre os dois estados no domínio político-diplomático, e marcou o começo de uma nova etapa para as relações entre a UNITA e as autoridades portuguesas. Alguns dias após o reconhecimento do governo angolano, as au-

²⁹ Até 1989, altura em que Alcides Sakala foi transferido para representar a organização no Reino da Bélgica, o responsável da delegação de Portugal assinava como representante da UNITA para a Europa.

³⁰ Entrevista a Alcides Sakala, Luanda, em dezembro de 2019.

³¹ Entrevista a Abel Chivukuvuku, Lisboa, em maio de 2023.

³² Entrevista a Alcides Sakala, Luanda, em dezembro de 2019.

³³ A este respeito, veja-se "Recognition, closure of offices, liberation fronts", disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/1976LIS-BON01239_b.html. Acesso em: 25 ago. 2023.

³⁴ Sobre a normalização das relações entre Portugal e Angola, veja-se Alberto (2023).

toridades portuguesas anunciaram, através de uma medida "especial da presidência da república portuguesa", o fim das atividades legais da UNITA em Portugal. Esta deliberação traduziu-se no encerramento da delegação da UNITA em Lisboa e na cessação formal de todas as suas atividades em Portugal (Diário de Lisboa [...], 1976, p. 18). A delegação da UNITA em Portugal deixou de ter um estatuto oficial.

Contudo, os elementos da UNITA se mantiveram em Lisboa e Paulo Tchupilika continuou a operar junto das autoridades locais. O seu objetivo era pressionar o Presidente da República para que convencesse as autoridades portuguesas da necessidade de promover o diálogo entre o regime de Luanda e a UNITA. As diligências de Tchupilika neste sentido foram realizadas juntos dos presidentes Francisco Costa Gomes (1974-1976) e António Ramalho Eanes (1976-1986). Os dois presidentes exerceram funções em contextos distintos: o primeiro no quadro do processo de transição para a democracia e o segundo no âmbito da consolidação do sistema democrático português. A tentativa de estabelecimento de contactos por parte de Paulo Tchupilika foi tarefa difícil, visto o Estado português não querer pôr em perigo as recém-normalizadas relações com o regime de Luanda, com atividades que extravasassem os canais político-diplomáticos oficiais³⁵.

De facto, a partir da normalização das relações, o governo angolano pressionou as autoridades de Lisboa no sentido de estabelecer um cordão sanitário total às atividades da UNITA e da FNLA em Portugal³⁶. A representação da UNITA em Portugal começou, assim, a sofrer as limitações oficiais impostas pelas autoridades portuguesas, a pressão efetuada pelas autoridades angolanas e também um clima de crescente insegurança,

devido as atitudes de elementos portugueses pró-MPLA³⁷.

Apesar das dificuldades, Paulo Tchupilika insistiu na promoção da UNITA como interlocutor do governo de Angola, principalmente junto do Presidente Ramalho Eanes, que, numa visita oficial a Luanda e apesar da sua reconhecida proximidade ao governo angolano, falou da necessidade de promover o diálogo com o movimento de Savimbi. Paralelamente a isso, Ramalho Eanes tornou-se importante para a UNITA também como intermediário nas relações com outros países de língua oficial portuguesa, nomeadamente com a Guiné-Bissau, cujo presidente mantinha ótimas relações com os seus homólogos angolano e português. Neste sentido, Tchupilika confiava na ajuda de Ramalho Eanes para criar pontes entre o presidente guineense Luís Cabral e Jonas Savimbi³⁸.

A atividade de Paulo Tchupilika privilegiou a dimensão institucional junto da Presidência da República portuguesa, para ultrapassar também a volatilidade das orientações políticas dos diferentes governos³⁹. A partir de 1979, a UNITA começou a atuar também fora da esfera institucional.

As conexões da UNITA com o meio partidário português

As divergências em política internacional entre os quatro partidos dominantes na transição portuguesa – PCP de um lado e PS, PPD/PSD, CDS, do outro – refletiram-se também nas respetivas posições em relação à crise angolana e aos atores nela envolvidos.

Até à promulgação da Lei 7/74 de julho de 1974, sobre o direito à autodeterminação dos territórios africanos, os quatro partidos estavam alinhados com a perspetiva do Movimento das

³⁵ Quer Costa Gomes, quer Ramalho Eanes, centralizaram as suas relações no quadro formal. O primeiro iniciou, através de uma medida especial da presidência da república e, o segundo, deu continuidade à dimensão formal das relações estado-a-estado.

³⁶ Sobre esta questão, veja-se *Jornal de Angola* de 1976 a 1979.

³⁷ A este respeito, veja-se "Liberation fronts, diplomatic discussions", disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/1979LIS-BON01745_e.html.

³⁸ A este respeito, veja-se "Liberation fronts, diplomatic discussions", disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/1979LIS-BON01745_e.html.

³⁹ De acordo com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, as relações de Portugal com a UNITA variaram de governo a governo e elas eram mais bem percebidas nos governos do Partido Socialista. veja-se semanário *O Tempo*, 31 de dezembro de 1986. Não há, no entanto, dados que nos permitam validar a declaração do líder da UNITA, porém, sabe-se que, a UNITA teve melhores relações com elementos afetos ao PPD/PSD. Com o governo de Sá Carneiro, por exemplo, as suas relações eram boas. Este quadro mudou com o governo de Aníbal Cavaco Silva, a partir de 1985. Veja-se entrevista de Alcides Sakala ao Semanário *O Independente* de setembro de 1988.

Forças Armadas (MFA)⁴⁰, segundo a qual, a transferência de poder em Angola só deveria ser feita aos movimentos de libertação ativos na guerra de independência, nomeadamente o MPLA, a FNLA e a UNITA. Após a realização dos acordos do Alvor, em janeiro de 1975, estes partidos passaram a ter visões distintas sobre Angola. O PCP, que teve ligações com o MPLA desde o período da luta anticolonial, considerava o movimento de Agostinho Neto o único e legítimo representante do povo angolano, ao qual caberia gerir em solitária os destinos do país⁴¹. No entanto, o PS, o PPD/PSD e o CDS consideravam que a formação de um governo em Angola deveria ser feita no quadro dos acordos do Alvor, cujas conclusões determinavam que a formação de um governo devia ser o resultado de eleições livres e justas⁴². Estas visões influenciaram as relações dos quatro partidos portugueses com as três organizações políticas angolanas após a independência de Angola⁴³. De facto, a declaração de independência de 11 de Novembro de 1975 e o reconhecimento do governo de Angola pelo Estado português⁴⁴, alteraram o quadro das relações da UNITA em Portugal, passando de uma organização com estatuto oficial para uma organização não oficial. Para continuar a promover a organização como interlocutor na crise angolana, o movimento de Jonas Savimbi viu-se obrigado a ampliar o seu leque de relações, incluindo nelas também atores não institucionais. O primeiro sinal relevante dos contactos com o meio não institucional ocorreu em 1979, quando um grupo de portugueses composto por diferentes personalidades, entre eles o diretor do *Jornal Novo*, Torquato da Luz, o jornalista João Rosa, do semanário *O Tempo*, a escritora Natália Correia, os advogados António Maria Pereira e José Miguel Júdice, o médico

Carlos Macedo, os deputados Pedro Roseta e Helena Roseta, do PPD/PSD e os deputados Nuno Abecassis e Francisco Lucas Pires, ambos do CDS/PP⁴⁵, se deslocou a Rabat, capital de Marrocos, para reunir com Jonas Savimbi⁴⁶. Em declarações à imprensa, os deputados do PPD/PSD e do CDS/PP frisaram que a participação na missão no Marrocos tinha acontecido por iniciativa pessoal e não em representação dos respetivos partidos. Neste sentido, a viagem à capital marroquina tinha essencialmente um carácter informativo, para conhecer melhor a situação de guerra civil em Angola e dos portugueses aí residentes e para avaliar a possibilidade de fornecimento de ajuda humanitária ao país irmão⁴⁷.

Embora os deputados tenham ido à capital marroquina em nome próprio, sabe-se que nesse período as conexões da UNITA com o PPD/PSD eram, de acordo com o militante da UNITA Emmanuel Lopes, estabelecidas ao nível das respetivas estruturas. Para este quadro da UNITA com passagem para Portugal durante o período em estudo, nessa altura a organização liderada por Jonas Savimbi granjeava fortes simpatias na estrutura do PPD/PSD, nomeadamente por parte do seu líder, Francisco de Sá Carneiro⁴⁸. Para além das ligações ao nível da estrutura partidária do PPD/PSD, o ambiente era também favorável no âmbito governamental. Segundo as memórias de Alcides Sakala, a UNITA possuía canais próprios de comunicação e não dependia de terceiros para se conectar com as instituições locais⁴⁹.

As simpatias conquistadas pela UNITA junto da estrutura do PPD/PSD e os seus canais privilegiados de comunicação com o governo português conheceram uma profunda mudança a partir de 1985, quando Anibal Cavaco Silva foi eleito presidente do partido e primeiro-ministro

⁴⁰ A este respeito, veja-se Reis (2015).

⁴¹ Sobre o apoio do PCP ao MPLA, veja-se *Jornal Avante* de novembro e dezembro de 1975.

⁴² Sobre os acordos do Alvor, consulte-se Centro de Documentação 25 de Abril, disponível em: <https://www.cd25a.uc.pt/pt/page/2052>.

⁴³ Sobre as posições dos partidos portugueses em relação à Angola, veja-se Alberto (2023).

⁴⁴ Embora tenha tido aval dos PPD/PSD e do PS, a questão do reconhecimento do governo angolano não era consensual no interior do Estado português. Sá Carneiro, líder do PPD/PSD, foi um dos principais críticos da posição oficial do Estado português em relação à Angola. Veja-se Alberto (2023).

⁴⁵ Nesta altura, Lucas Pires desempenhava a função de vice-presidente do CDS/PP.

⁴⁶ Veja-se *Jornal Novo* de 31 de janeiro de 1979.

⁴⁷ Veja-se *Diário de Notícias* de 31 de janeiro de 1979.

⁴⁸ Entrevista com Emmanuel Lopes, militante da UNITA, em Lisboa, 2022.

⁴⁹ Veja-se entrevista de Alcides Sakala ao semanário *O Independente* de setembro de 1988.

de Portugal⁵⁰. Adepto do institucionalismo e das relações oficiais entre Estados, Aníbal Cavaco Silva afastou quaisquer tipos de contactos oficiais com a UNITA, não apenas no quadro da estrutura do partido, mas também no âmbito governamental.

O posicionamento do primeiro-ministro português foi, na altura, apreciado de forma positivo pelas autoridades angolanas e foi bastante criticado pela UNITA, que prezava o seu estatuto de parte incontornável do conflito e de interlocutor relevante no âmbito das negociações para a paz em Angola.

Se a nível oficial o governo de Cavaco Silva passou a estabelecer apenas contactos com as autoridades oficiais angolanas, a verdade é que as autoridades portuguesas estabeleciam contactos de carácter não oficiais com a UNITA. Na sua autobiografia política, publicada em 2004, Cavaco Silva salienta que, na época, as relações com Angola foram exclusivamente estabelecidas no domínio estatal por uma questão de estratégia política, idealizada pelo seu governo com o objetivo de Portugal tornar-se um dos principais atores no processo de paz em Angola:

Era meu convencimento, desde o início, que a UNITA estaria sempre disponível a participar em negociações se o governo angolano aceitasse o diálogo, porque isso significava o reconhecimento da sua legitimidade e abria-lhe as portas ao poder. O problema estava no lado do governo de Luanda. Só desenvolvendo relações exclusivas com ele poderia Portugal convencê-lo a aceitar a partilha do poder e partir para um diálogo com a UNITA, na procura da paz (Silva, 2004, p. 217).

Aníbal Cavaco Silva percebia perfeitamente que a organização liderada por Jonas Savimbi, sendo parte do problema angolano, deveria ser parte também da solução, ou seja, das negociações da paz em Angola. No entanto, na época, esta equação era excluída pelas autoridades angolanas, que consideravam a UNITA um "grupo terrorista e ao serviço dos lacaios sul-africanos"

(Silva, 2004, p. 216). O assunto tornou-se complexo e bastante sensível, tanto no interior do governo português como no seio do PPD/PSD. Na sua autobiografia política, Aníbal Cavaco Silva salienta que apesar da sua posição puramente institucional, as autoridades governamentais estabeleciam contactos oficiosos com a UNITA, por intermédio dos Serviços de Informação (Silva, 2004, p. 217).

O PPD/PSD estava dividido em relação à questão da UNITA. De acordo com Maria João Sande Lemos – nestes anos, membro da Comissão Nacional das Relações Internacionais do partido – a direção do PPD/PSD privilegiava as relações diplomáticas com o Estado angolano, mas havia correntes com sensibilidades diferentes quanto à relação com Angola: por um lado, "os que apoiavam frontalmente à UNITA e os que pensavam que era preciso ser pragmático"; por outro, "os que não queriam envolver-se nas relações com a UNITA, de modo a não antagonizar o governo angolano, por causa dos negócios"⁵¹.

Apesar do institucionalismo de Aníbal Cavaco Silva, foi durante os seus governos, a partir da segunda metade da década de 1980, que a UNITA consolidou as suas ligações em Portugal, promoveu a sua visibilidade e angariou apoios. Tal se deve às relações estabelecidas com personalidades afetas a três partidos portugueses: no PS, com Mário Soares, Joffre Justino e João Soares; no PPD/PSD, com Maria João Sande Lemos e os deputados António Maria Pereira e José Pacheco Pereira⁵²; no CDS, com Margarida Mayer, secretária geral adjunta do partido, e Manuel Monteiro, presidente da Juventude Centrista entre 1986 e 1989.

Relativamente aos três partidos políticos, o CDS era o que tinha relações mais próximas com a UNITA. Segundo Manuel Monteiro, até à segunda metade da década de 1980, a elite dirigente do movimento de Savimbi mantinha relações com personalidades do CDS como o Eng. Nuno Abecassis, o Eng. Miguel Anacoreta

⁵⁰ Veja-se Silva (2004).

⁵¹ Entrevista a Maria João Sandes Lemos, em Lisboa, 2022.

⁵² José Pacheco Pereira torna-se deputado independente do PPD/PSD em 1987 e filia-se no partido em 1988. Para além de deputado à Assembleia da República, Pacheco Pereira foi membro da Comissão Política do PPD/PSD.

Correia e o Dr. José Gama, sem envolvimento oficial do partido⁵³.

Em 1985, a eleição de Adriano Moreira à presidência do CDS alterou as relações do partido com a UNITA. A partir daí, explica Manuel Monteiro, as conexões com a organização angolana adquiriram uma dimensão formal: durante a liderança de Adriano Moreira, o CDS colocou-se na linha de frente no apoio à UNITA. Isto deveu-se fundamentalmente a dois fatores: o crescimento da UNITA no plano militar e o apoio explícito que a organização angolana passou a receber dos Estados Unidos⁵⁴.

A consolidação progressiva das relações da UNITA com o meio partidário e da sociedade civil em Portugal teve um dos seus indicadores mais significativos na constituição, em 1987, da ASDEPA – Associação de Solidariedade Portugal Democrático Angola Democrática. A ASDEPA foi uma organização sem fins lucrativos, criada com o objetivo de “promover e incentivar o mais amplo conhecimento da realidade angolana em Portugal, atuando, nomeadamente, junto das forças políticas nacionais e da comunicação social portuguesa”⁵⁵.

Composta por elementos da UNITA e de individualidades ligadas ao espectro político-partidário português, esta organização viria a dar origem ao Fórum Português para a Paz e Democracia em Angola. Constituído por personalidades ligadas ao CDS, ao PS e ao PPD/PSD, o Fórum desenvolveu atividades semelhantes às da ASDEPA. As suas atividades consistiam essencialmente na promoção da causa da UNITA no espaço mediático português e na criação de pontes de diálogo entre a UNITA, as instituições do Estado e os partidos políticos portugueses, designada-

mente CDS, PPD/PSD e PS⁵⁶.

Relativamente à data da fundação do Fórum Português para a Paz e Democracia em Angola, o registo oficial é datado de 1996⁵⁷, mas vários dos seus membros proeminentes – designadamente Maria Antónia Palla⁵⁸, Margarida de Lima Mayer⁵⁹ e Alcides Sakala⁶⁰ – indicam o começo das suas atividades na segunda metade dos anos 80.

Embora contasse com o apoio destas duas organizações, a delegação da UNITA em Portugal mantinha também uma agenda própria, junto dos partidos e das instituições⁶¹. No que diz respeito aos partidos, as atividades da UNITA eram realizadas pelos comités localizados nalgumas cidades portuguesas, nomeadamente em Lisboa, em Portimão para a zona sul do país, em Coimbra para a zona centro e no Porto, para o norte⁶².

Estas atividades tinham como finalidade a divulgação das ideias e dos objetivos da UNITA e a mobilização dos portugueses e dos angolanos residentes em Portugal em apoio à causa do movimento. No que diz respeito às instituições, a UNITA estabelecia contatos com as embaixadas e representações diplomáticas sedeadas em Portugal, e com as instituições portuguesas (governo e parlamento). Neste último âmbito, em julho de 1988, uma delegação da UNITA reuniu com a Comissão dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, do Parlamento português⁶³. Nesta ocasião, a delegação da UNITA apresentou a sua visão do conflito angolano e a sua análise do futuro do país.

Para o responsável da delegação da UNITA, Alcides Sakala, este primeiro encontro de carácter oficial com uma instituição portuguesa representou o reconhecimento de um estatuto “semioficial” à representação da UNITA em Portugal, após

⁵³ Entrevista a Manuel Monteiro, em Lisboa, 2022.

⁵⁴ Entrevista a Manuel Monteiro, em Lisboa, 2022.

⁵⁵ Veja-se Arquivo da Ministério da Administração Interna Administração Governo Civil de Lisboa (instituições), Processo n. 2765, Lº 92, Pº G/8-304.

⁵⁶ Entrevista a Antónia Maria Palla, em Lisboa, 2015.

⁵⁷ Veja-se Arquivo da Ministério da Administração Interna Administração, Governo Civil de Lisboa, processo n. Lº96, P-L/8-24.

⁵⁸ Entrevista a Antónia Maria Palla, em Lisboa, 2015.

⁵⁹ Entrevista a Margarida de Lima Mayer, em Lisboa, 2021.

⁶⁰ Entrevista a Alcides Sakala, em 2019.

⁶¹ Entrevista a Alcides Sakala, em 2019.

⁶² Entrevista a Alcides Sakala, em 2019.

⁶³ Sobre a Audiência na Comissão dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação à delegação da UNITA em Portugal, veja-se Arquivo Histórico Parlamentar, Seção XXXIIIb), cx. 229ª, n. 8.

anos de estabelecimento de ligações através de canais informais⁶⁴. O encontro de duas horas contou apenas com a presença dos deputados do PPD/PSD e do CDS e foi desertado pelos deputados do PS, do PCP e do Partido Renovador Democrático (PRD)⁶⁵.

Apesar das defeções, a audiência foi benéfica para a delegação da UNITA. Ela viu o seu estatuto ser de alguma forma oficializado e conseguiu apresentar numa mesa institucional a sua análise da situação na África Austral, com impacto na crise político-militar angolana. Como declarou Alcides Sakala aos jornais da época: "ultrapassada a fase de incidência internacional do conflito, temos de passar à fase seguinte, que comporta a discussão do problema: é fundamental haver negociações diretas com o governo, senão a guerra vai continuar" (O Dia, 1988).

A reunião da delegação da UNITA com a Comissão dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação realizou-se numa fase de viragem do conflito angolano, nas dimensões interna, regional e internacional, no quadro da Guerra Fria. Relativamente à dimensão interna, o momento de viragem deu-se em 24 junho de 1989, quando o Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, reuniram-se no ex-Zaire, atual RDC, para abordarem a questão do fim das hostilidades. Realizado sob auspícios do presidente Mobutu Sese Seko, o encontro marcou o início do processo de paz de Angola⁶⁶.

A queda de Muro de Berlim, em novembro de 1989⁶⁷, e a realização dos acordos quadripartidos de Nova York, em dezembro de 1989, tiveram impacto na dimensão regional e internacional do conflito angolano. Os acordos de Nova York previam a retirada das tropas cubanas de Angola, e a implementação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da Nações Unidas, sobre a independência da Namíbia (Patrício, 1977).

Após estes eventos, a dimensão política conquistou relevância ao lado da dimensão militar, até aí âmbito da questão angolana. A passagem do plano meramente militar ao político, fez com que Portugal conquistasse algum espaço nas negociações do processo de paz de Angola, devido ao seu estatuto de antiga potência colonial e de conhecedor da questão angolana, mas também pelo convite das duas partes: o governo de Luanda e a UNITA. No caso da UNITA, este processo contou também com o empenho da sua delegação em Portugal. Durante o período em que a representação da UNITA desenvolveu as suas atividades em Portugal, a questão das negociações diretas com as autoridades angolanas sempre esteve no centro da sua ação diplomática. Por isso, a assinatura dos acordos de paz de Bicesse a 31 de maio de 1991 pode ser também adscrito ao esforço que a UNITA desenvolveu junto das autoridades portuguesas ao longo de mais de uma década⁶⁸.

Considerações finais

No decurso da primeira fase da guerra civil angolana (1975 – 1991), a atuação político-diplomática da UNITA em Portugal decorreu desde os primeiros contactos com as autoridades portuguesas, em fevereiro de 1976, até à reunião com a Comissão dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, do Parlamento português, em julho de 1988.

A análise deste percurso histórico demonstra o empenhamento do movimento liderado por Jonas Savimbi em contornar a fragilidade militar do final da década de 1970 e princípio da década de 1980, através da estratégia de inserção diplomática da crise angolana no mais amplo panorama da Guerra Fria. Para tal, a UNITA desenvolveu um esforço diplomático internacional para criar uma rede de contactos com os países ocidentais sensíveis ao seu esforço militar, apre-

⁶⁴ Alcides Sakala, em entrevista ao semanário *O Tempo* de 15 de setembro de 1988.

⁶⁵ Cf. "Comissão Parlamentar reúne com representante da UNITA", publicado no jornal *O Dia* de 21 de julho de 1988.

⁶⁶ Veja-se Valemtim (2011).

⁶⁷ Com a queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, "esvaziaram-se as divisões ideológicas do conflito Leste-Oeste". Os Estados Unidos e a ex-União Soviética, os principais apoiantes da UNITA e do governo na guerra civil, estavam cada vez mais engajados em encontrar uma solução política para conflito angolano. Veja-se Patrício (1977).

⁶⁸ Sobre o papel de Portugal nos acordos de paz de Bicesse, veja-se Fernando (2011).

sentando-se, ao mesmo tempo, como parceiro regional relevante na luta contra o Comunismo internacional à escala global e, ao mesmo tempo, como interlocutor incontornável para a solução negociada da crise angolana.

Neste sentido, a UNITA aproveitou as contingências histórica favoráveis em Portugal para promover-se como parceiro de confiança da ampla frente anticomunista do Portugal pós-revolucionário, encetando, deste modo, relações com o amplo setor político parlamentar, desde o PS até ao CDS. Os dados recolhidos demonstram que este esforço alcançou resultados limitados, conseguindo mobilizar apenas alguns setores – embora relevantes – dos partidos do arco da governação e sofrendo, ao mesmo tempo, o realismo político das instituições oficiais, devido à sua relação privilegiada com o governo angolano.

Apesar disso, é de salientar a capacidade da elite da UNITA operante em Portugal de estruturar a sua rede no território nacional, de conquistar à causa as várias personalidades vindas de diferentes quadrantes políticos e coordenar esta ação político-diplomática com esforços homólogos noutros países ocidentais. O caso da atividade da UNITA em Portugal lança, assim, alguma luz sobre a forma como organizações armadas conseguem angariar apoios fora das fronteiras nacionais, apostando em laços políticos e culturais preexistentes em países estrangeiros.

Futuras investigações poderão explorar a relevância da atividade da UNITA em Portugal na ampliação e fortalecimento da sua rede transnacional e comparar o mesmo processo protagonizado por organizações homólogas, para sublinhar semelhanças e diferenças na ação diplomática de organizações guerrilheiras.

Fontes/Arquivos

ARQUIVO Histórico Parlamentar, Secção XXXIIIb), cx. 229^a, n. 8.

Diário de Lisboa, janeiro e fevereiro de 1976.

Diário de Notícias, fevereiro de 1976.

Entrevistas semiestruturadas aos elementos afetos à UNITA e Portugal e aos partidos do arco da governação portuguesa: PS, PPD/PSD e CDS.

Jornal Avante, novembro e dezembro de 1975.

Jornal O Dia, setembro de 1988.

O Dia, 21 julho 1988.

PORTUGAL. *Arquivo da Ministério da Administração Interna*. Administração Governo Civil de Lisboa (instituições), processo n. 2765, L^o 92, P^o G/8-304.

PORTUGAL. *Arquivo da Ministério da Administração Interna*. Governo Civil de Lisboa (Instituições), processo n. L^o96, P-L/8-24.

Semanário *O Independente*.

Semanário *O Tempo*, setembro de 1988.

WIKILEAKS. Liberation fronts, diplomatic discussions. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/1979LISBON01745_e.html. Acesso em: 2 set. 2023.

WIKILEAKS. Recognition, closure of offices, liberation fronts. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/1976LISBON01239_b.html. Acesso em: 25 ago. 2023.

Referências bibliográficas

ALBERTO, Domingos. Portugal perante o reconhecimento do Governo angolano (1976): as visões político-partidárias do PCP, do PS e do PPD. *IPRI*, Lisboa, n. 78, 2023. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/RI78/RI_78_NET_Domingos_Alberto.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

BRIDGLAND, Fred. *Jonas Savimbi – a key to Africa: The history behind the battle for Angola*. New York: Paragon House Publishers, 1987.

BURKE, Kyle. *Revolutionaries for the Right – Anticomunist Internationalism and Paramilitary Warfare in the Cold War*. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 2021.

COGGINS, Bridget. Rebel Diplomacy: Theorizing Violent Non-State Actors' Strategic Use of Talk. In: ARJONA, Ana; KASFIR, Nelson; MAMPILLY, Zachariah Cherian (ed.). *Rebel Governance in Civil War*. New York: Cambridge University Press, 2015. p. 98-118.

CONCHIGLIA, Augusta. *UNITA, Myth and Reality*. Dublin: Ecasaama, 1992.

FERNANDO, Emidio. *A estratégia de Cavaco Silva para África: o virar de página nas relações políticas com Angola*. Dissertação (Mestrado) – ISCTE, Lisboa, 2011.

GLEIJESES, Piero. *Visions of Freedom: Havana, Washington, Pretoria and the Struggle for Southern Africa, 1976-1991*. New Jersey: The University of North Carolina Press, 2013.

GUERRA, João Paulo. *Savimbi, Vida e Morte*. Lisboa: Bertrand, 2002.

HODGES, Tony. *Angola, do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Lisboa: Principia, 2002.

HOEKSTRA, Quint. *The effect of foreign state support to UNITA during the Angolan War (1975-1991)*. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592318.2018.1519312>. Acesso em: 20 set. 2023.

HUANG, Reyko. Rebel Diplomacy in Civil War. *Quarterly Journal: International Security*, Massachusetts, v. 40, n. 4, 2016.

JAMES, W. Martin III. *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990*. New Jersey: N. J.: Transaction, 2011.

MARTINS, Vasco. "A nossa lâmpada não se apaga": The Mnemonic Return of Angola's Jonas Savimbi. *African Studies Review*, Cambridge, v. 64, Issue 1, p. 242-265, March 2021.

MUEKALIA, Jardo. *Angola: A Segunda Revolução. Memórias da luta pela Democracia*. 2. ed. Porto: Porto, 2013.

MULATO, Ernesto. *Do Bembe a Luanda: um percurso pela Democracia em Angola*. Lisboa: João Marques, 2014.

PATRÍCIO, José. *Angola - E.U.A. Os Caminhos do Bom Senso*. Luanda: Executive Center, 1977.

PEARCE, Justin. *A Guerra Civil em Angola, 1975-2002*. Lisboa: Tinta da China, 2017.

PÉCLARD, Didier; MECHOULAN, Delphine. Rebel Governance and the Politics of Civil War. *Working Papers*, Switzerland, 2015. Disponível em: https://www.swisspeace.ch/assets/publications/downloads/Working-Papers/3b4a3caa24/Rebel-Governance-and-the-Politics-of-Civil-War-Working-Paper-15-swisspeace-didier_peclard.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

RAMOS, Justino da Glória. *Angola, pelos Caminhos da Paz - Guerra e Diplomacia (1975-2022)*. Luanda: Mayamba, 2018.

REIS, Bruno Cardoso. Visões das forças políticas sobre o fim do império, dois planos em confronto e uma política exemplar de descolonização. In: ROSAS, Fernando (org.). *O adeus ao Império. 40 anos de descolonização*. Lisboa: Nova Vega e Autores, 2015.

RIGHT, Georges. *A destruição de um país - a Política Externa dos Estados Unidos para Angola desde 1945*. Luanda: Nzila, 2000.

SÁ, Tiago Moreira de. *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa (1974-1976)*. Lisboa: Instituto Diplomático, 2009.

SAMAKUVA, Virgílio K. *Na escola de Jonas Savimbi: por uma Angola melhor*. Luanda: Marmoco, 2019.

SAVIMBI, Jonas. *Angola, a resistência em busca de uma nação*. Lisboa: Codex, 1979.

SILVA, Aníbal Cavaco. *Autobiografia Política II*. Lisboa: Temas e Debates, 2004.

TELO, António José. *História Contemporânea de Portugal - do 25 de Abril à atualidade*. v. I. Lisboa: Presença, 2007.

VALENTIM, Jorge. *Caminhos para a Paz e Reconciliação Nacional: de Gbadolite a Bicesse, 1989-1992*. 23 ed. Luanda: Mayamba, 2011.

WESTAD, Odd Arne. *The Global Cold War*. 7. ed. England: Cambridge University, 2010.

WINDRICH, Elaine. *The Cold War Guerrilla: Jonas Savimbi, the U.S. Media, and the Angolan War*. London: Greenwood Press, 1992.

Riccardo Marchi

Investigador no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL). É professor auxiliar convidado na Universidade Lusófona (Lisboa). As suas áreas de investigação são o radicalismo de direita (pensamento político, partidos e movimentos), na Europa contemporânea, com particular atenção ao caso português entre tardo autoritarismo e democracia. Foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian (2015) para a publicação de um livro sobre direita radical portuguesa na transição à democracia. Começou a sua carreira académica no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL) sobre os temas das direitas radicais no fim do Estado Novo e na democracia portuguesa em perspectiva comparada (2008-2014). Nesse âmbito foi investigador visitante na Universidade Pablo de Olavide de Sevilha (Espanha, 2007) e na Universidade da Califórnia, Berkeley (Estados Unidos, 2008). Desde 2010, lecionou cadeiras de Metodologia da investigação, Teoria dos Movimentos Sociais, Teoria do Nacionalismo, Populismo e Soberanismo em cursos de mestrado em Universidades públicas e privadas. Participou no projecto internacional Internationalisation des droites radicales Europe/Ameriques (IDREA), coordenado por Professor Olivier Dard, Universidade de Metz (França, 2012-2015) e desde 2014 integra a rede internacional de investigação "Direitas, História e Memória". É autor de várias monografias, entre as quais Império Nação Revolução. A direita radical no fim do Estado Novo 1959-1974 (Leya, 2009), The Portuguese Far Right between late authoritarianism and democracy 1945-2015 (Routledge, 2019), À Direita da Revolução. Resistência e Contrarrevolução no PREC 1974-1975 (Penguin, 2020), A Nova Direita Antisistema: O caso do Chega (Almedina, 2020), A Bolha. Uma direita antipopulista (Almedina, 2022).

Domingos Marcos Cúnua Alberto

Doutorando em História: mudança e continuidade num mundo global (PIUDHist) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o projeto de tese intitulado "A Rede Portuguesa de Apoio à UNITA (1975-1991): Estrutura e Ação no Contexto da Guerra Civil em Angola" com financiamento da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT, bolsa UI/BD/153725/2022). É titular de um mestrado em História Moderna e Contemporânea, na Especialidade em Relações Internacionais - ISCTE-IUL. Possui formação avançada em História, Defesa e Relações Internacionais - ISCTE-IUL; formação especializada em Estudos Africanos, especialidade em Segurança Marítima, pelo Instituto Militar português, em O Médio Oriente na Política Mundial, pelo ISCTE-IUL e em Relações Internacionais da África Subsaariana, pela Universidade Beira Interior. É autor de dois artigos "Portugal Perante o Reconhecimento do Governo Angolano (1976): as visões Político-Partidárias do PCP, PS e PPD", Revista do Instituto Português de

Relações Internacionais - R: I n.º 78, Junho | 2023; "O Papel de Gosta Gomes no Nascimento das Relações Diplomáticas entre Portugal e Angola, 1976", Revista do Instituto Diplomático do MNE, outubro 2021 | número 21. Tem publicado artigos no Jornal de Angola sobre Política Internacional e participa em diversos eventos científicos nacionais e internacionais como palestrante.

Endereço para correspondência

RICCARDO MARCHI

Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL)
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Avenida das Forças Armadas, nº40
1600-026 Lisboa (Portugal)

DOMINGOS MARCOS CÚNUA ALBERTO

LusoGlobe
Universidade Lusófona
Avenida do Campo Grande, 376
1749-024 Lisboa (Portugal)

A normatização deste artigo foi revisada por Araceli Pimentel Godinho e submetida para validação dos autores antes da publicação.